

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 10ª Reunião do GT-Cobrança (CT-PB)

Grupo de Trabalho:	GT-Cobrança
Reunião:	10ª Reunião
Data:	04/07/2024 – 9h30
Local:	CATI - Auditório 2. Av. Brasil, nº 2340 - Jardim Chapadão, CEP: 13070-178 - Campinas/SP.
Assunto(s) em discussão:	Indicadores sobre a aplicação dos recursos das cobranças. Cenários de preços e mecanismos para proposta de revisão das cobranças. Não foi avaliada a proposta de minuta de deliberação, sendo agendada nova reunião.
Pauta:	1. Abertura; 2. Aprovação da minuta da Memória Técnica da 9ª Reunião do GT-Cobrança; 3. Propostas de indicadores sobre a aplicação dos recursos das cobranças; 4. Discussão sobre cenários para a revisão de preços; 5. Apreciação de minutas de deliberação (incluindo propostas de alteração de mecanismos); 6. Outros assuntos; 7. Encerramento.
Conclusões e Encaminhamentos:	A reunião foi iniciada pelo coordenador do GT-Cobrança, Sr. André Navarro (SEMIL) que agradeceu a presença de todos. O Sr. André sugeriu aos membros inverter o item 5 da pauta com o item 4 (discussão dos cenários precedendo a análise da minuta de deliberação), o que foi aprovado por todos. Quanto ao item 2, o Sr. André Navarro informou que foi enviada junto da convocação a minuta de memória técnica da 9ª Reunião do GT-Cobrança, realizada em 27/05/2023, e questionou aos membros se haveria necessidade da leitura, que foi dispensada. Assim, o Sr. André colocou o documento em votação, sendo aprovado por unanimidade. Quanto ao item 3, o Sr. André Navarro destacou que na última reunião foi proposto à Agência das Bacias PCJ apresentar estudo para a definição de indicadores sobre melhorias que poderiam ocorrer nas Bacias PCJ com os recursos incrementais relacionados à possível revisão dos valores. Reforçou que esse assunto foi amplamente discutido nas oficinas de trabalho. Na sequência, o Sr. André convidou o Sr. Eduardo Léo (coordenador de Sistemas de Informações da Agência PCJ), que comentou sobre a subjetividade intrínseca ao processo de avaliação da efetividade do uso dos recursos da cobrança, considerando resultados globais na melhoria da qualidade e quantidade da água nas Bacias PCJ, tendo em vista a complexidade da bacia e a quantidade de atores e influências existentes, e que mesmo diante dessas dificuldades buscaram apresentar uma proposta. Na sequência, o Sr. André convidou a Srª. Carolina Silva (Agência PCJ) que explanou sobre a “Correlação entre os principais custos associados a investimentos em saneamento básico nas Bacias PCJ”. Destacou que foram realizadas estimativas de custos focadas na implantação de estações de tratamento de esgotos sanitários e na troca de redes de abastecimento de água visando à redução de perdas hídricas. Quanto à substituição da rede e ramais de distribuição de água, a Srª. Carolina apresentou uma estimativa de custos para substituição da rede e ramais de distribuição, considerando as premissas de infraestrutura de rede com tubo de PVC com diâmetro de 50 mm, ramal de distribuição com tubo PEAD de 20 mm, 10 mil metros de distribuição substituído e 1 mil ramais de ligação dos consumidores na distribuição substituídos, usando como base a tabela de preços da SABESP (janeiro/2024) e SINAPI (fevereiro/2024). Considerando os serviços preliminares, fornecimento de materiais (peças hidráulicas), sinalização, preparação de solo, abertura de valas, compactação e recomposição do pavimento, chegou-se a um valor por metro de R\$ 391,18. A Srª. Carolina destacou que a troca da rede não é a única forma de combate a perdas, mas que apresentaram

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 10ª Reunião do GT-Cobrança (CT-PB)

esse investimento por ser um dos mais necessários no processo. Quanto ao tratamento de esgotos sanitários, informou que a variação de custos por conta da tecnologia adotada de ETEs é grande, assim apresentou como referência uma tese de doutorado de Pacheco (2011), com estudos e estimativas de custos para instalação de sistemas de tratamento de esgoto, com atualização inflacionária no período. Depois, apresentou a distribuição populacional por município de acordo com o Censo IBGE 2022. Apresentou as premissas adotadas de consumo per capita de água de 200 L/dia ou 0,00231 L/s, com coeficiente de retorno de esgoto de 80%, esgoto gerado per capita de 160 L/dia ou 0,00185 L/s, vazão de infiltração por rede de esgoto de 0,2 L/s/km, número de 3 habitantes por ligação e extensão de rede por ligação de 10 m ou 0,01 km. Apresentou as equações para o processo considerando 5 grupos de população municipal. Com base nas estimativas, apresentou possíveis investimentos com os recursos passíveis de arrecadação complementar de acordo com os Cenários A, B e C do Relatório Executivo. Com a arrecadação complementar do Cenário A, no valor de R\$158.458.879,04, seria possível a implantação de 5 ETEs para até 10 mil habitantes e 3 ETEs para até 50 mil habitantes e de 17,6 km de redes substituídas. Em relação ao Cenário B, com valor de R\$539.928.397,15 de arrecadação complementar, seria possível implantar 3 ETEs para até 10 mil habitantes, 3 ETEs para até 50 mil habitantes e 1 ETE para até 500 mil habitantes e de 8 km de redes substituídas. Quanto ao Cenário C, com valor incremental de R\$588.888.624,97, seria possível a implantação de 4 ETEs para até 10 mil habitantes, 3 ETEs para até 50 mil habitantes e 1 ETE para até 500 mil habitantes e de 114,6 km de redes substituídas. Informou que 8% da população projetada para 2035 seria atingida no Cenário A; que 27,8% dessa população 5 seria atingida no Cenário B; e que 28,2% seria atingida no Cenário C. Mediante convite do Sr. André Navarro, para um aparte sobre as iniciativas de melhoria relacionadas ao processo de distribuição de recursos, o Sr. Diogo Pedrozo (coordenador de Projetos/Agência PCJ) complementou informando ser o trabalho de financiamento de projetos uma complementação ao processo global de melhoria da situação da bacia, já que a cobrança pelos recursos hídricos não consegue suprir, por exemplo, grande parte das demandas necessárias para tratamento dos efluentes previstas no Plano das Bacias PCJ. Destacou que os projetos são acompanhados e a Agência PCJ solicita, na ficha-resumo dos empreendimentos, os benefícios estimados pelo tomador. Na sequência, o Sr. Sergio Razera (Diretor-presidente/Agência PCJ) apresentou os principais avanços nas Bacias PCJ, comparando dados de 1999 e 2022: i. esgoto coletado passou de 85% para 93%; ii. esgoto tratado passou de 18% para 85%; iii. redução de carga poluidora remanescente passou de 157.320 kg DBO/dia para 80.374 kg DBO/dia; iv. atendimento de água em área urbana passou de 96% para 99%; sendo que a população das Bacias PCJ passou de 3,6 milhões para 5,7 milhões de habitantes. O Sr. Sergio destacou que segregar o quanto dessas melhorias vêm da cobrança é difícil, mas destacou que muito do trabalho dos Comitês PCJ e da Agência PCJ com recursos da cobrança geram mobilização, planejamento, capacitação e esforços que influenciam sobremaneira essa performance. O Sr. Mateus Arantes (PM de Louveira/SP) e coordenador da CT-SA destacou o trabalho realizado pela CT na elaboração de índices e processos de controle de perdas aplicáveis para as Bacias PCJ, que vem sendo discutidas no âmbito do GT-Perdas. Relatou também sobre projetos implementados no município em que atua e que utilizou recursos da cobrança. O Sr. André reforçou que os ganhos dos investimentos dos recursos da cobrança vão além das obras de controle de poluição, como por exemplo, o impacto gerado pela rede de monitoramento da quantidade da água bem mantida com os recursos da cobrança e que resulta em grandes benefícios para o gerenciamento de recursos hídricos da região. A Srª. Ane Caroline Grisolio Machion (SABESP) reforçou a importância de avaliar o total da carga de DBO retirado do corpo hídrico com recursos da cobrança, citando como exemplo a Bacia do Rio Jundiá e seu processo de revisão do enquadramento. O Sr. Michele Consolmagno (CIESP DR Bragança Paulista) reforçou a importância de se focar nos pequenos municípios que não possuem recursos para os investimentos necessários. O Sr.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 10ª Reunião do GT-Cobrança (CT-PB)

Flavio Forti Stenico (Consórcio PCJ) destacou a importância de se compreender a cobrança pelo uso da água para além da demanda por recursos para investimento, mas como instrumento que define valor ambiental e econômico para esse recurso que demanda uso consciente por todos os atores presentes na bacia. O Sr. Petrus Bartholomeus Weel (P.M. de Holambra) destacou a importância dos investimentos que podem ser realizados na bacia, citando como exemplo a bacia do Rio Capivari. O Sr. Thiago Gil Barreto Barros (ANA) reforçou a importância de se avaliar o investimento conforme os KPIs (*Key Performance Indicators*), por projeto, ou seja, não analisando no global, mas para cada projeto financiado. O Sr. Dário Peçanha (SABESP) também destacou a importância de avaliar a eficácia e efetividade por projeto. O Sr. Alexandre Vilella (FIESP) destacou que a revisão de cobrança gera discussões entre os usuários que demandam bons investimentos com os recursos obtidos e propõe outras formas de ampliação dessa capacidade de investimentos, como o aumento da contrapartida dos tomadores, por exemplo. O Sr. Hélio Rubens G. Figueiredo (SABESP) destacou o avanço dos investimentos frente aos valores cobrados pelo uso dos recursos hídricos e reforçou a importância de focar no índice de revisão da cobrança. O Sr. André destacou que a melhoria dos indicadores de avaliação ultrapassa mesmo a discussão no âmbito dos Comitês PCJ sendo uma demanda que envolve até o COFEHIDRO, com vistas à sua aplicação, de forma adequada e efetiva, a todos os projetos financiados pela cobrança paulista. Por fim, agradeceu a contribuição de todos e deu sequência na pauta.

Quanto ao item 4, o Sr. André apresentou novamente os cenários para a revisão de preços elaborados pelo estudo da HidroBR. Informou que o estudo considerou o horizonte 2024-2035, mas que, pelo atraso no processo, deve-se considerar o início da vigência de eventuais novos preços a partir de 2026, período que se alinha à prorrogação do prazo acordada na reunião anterior e ratificada via deliberação dos Comitês PCJ. Informou que, conforme combinado, o simulador foi encaminhado aos membros com a possibilidade de se inserir quaisquer preços possíveis, para que pudessem avaliar os impactos dos diferentes cenários. Na sequência, apresentou que pela proposta, considerando 11 (anos) de aplicação, de 2024 a 2035: o Cenário A envolve um incremento de R\$ 158,4 milhões; o Cenário B um incremento de R\$ 539,9 milhões; e o Cenário C um incremento de R\$ 588,8 milhões. Os incrementos possibilitarão o aporte de recursos para projetos, obras e até controle de perdas, nas proporções de atendimento ao Plano de Bacias descritas para cada cenário. O Sr. Dário Peçanha (SABESP) questionou sobre a cobrança por faixas na cobrança paulista, conforme foi proposto para aplicação na federal. A Sr^a. Caroline Túbero Bacchin (DAEE) explicou que essa questão poderia ser levada para a CT-COB do CRH, já que o cálculo considerando o volume outorgo está regulamentado por decreto, não sendo os Comitês PCJ o espaço adequado para essa discussão. Na sequência, o Sr. Dário Peçanha (SABESP) sugeriu que a deliberação sobre a revisão contenha artigo semelhante ao artigo 4º das Disposições Transitórias da Lei (SP) nº 12.183/2005, que definiu, à época, que operadoras públicas e privadas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário pagariam 50% do valor até dezembro de 2009, mediante comprovação de investimentos próprios, conforme dispusesse o regulamento. A Sr^a. Caroline Bacchin (DAEE) destacou que essa demanda foi necessária no processo de transição para a cobrança, mas que ela foi descontinuada até por falta de demanda das empresas de saneamento. O Sr. Thiago Gil Barreto Barros (ANA) informou que uma proposta dessa só pode ser possível se houver adicionalidade ou antecipação de metas e reforçou que muitos descontos no índice podem não ser acolhidos pelo CNRH, considerando o atraso no processo de revisão. O Sr. André recomendou que a SABESP encaminhe essa proposta quando for enviada a minuta de deliberação, para discussão na próxima reunião. Na sequência, o Sr. André reforçou que, frente ao estágio avançado das discussões, seria necessário ao grupo escolher um dos três cenários apresentados no Relatório Executivo ou haver proposta para um cenário alternativo de novos preços. O Sr. Alexandre Vilella (FIESP) e o Sr. Paulo Tinel (ASSEMAE) informaram

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 10ª Reunião do GT-Cobrança (CT-PB)

	que vem sendo discutida, com participação da diretoria da Agência das Bacias PCJ, uma quarta proposta intermediária, entre os cenários A e B, referente a proposta de revisão com aumento de 40% nos preços da cobrança federal e equiparação na cobrança estadual. O Sr. André Elia Neto (UNICA) informou que o setor usuário considera o Cenário C descartado em razão dos altos índices. O Sr. Dário Peçanha (SABESP) destacou que não necessariamente haveria a necessidade de se alinhar os preços das duas cobranças. O Sr. André Elia destacou que entende não ser um requisito a equiparação, informando que 80% de aumento nos preços da cobrança paulista seria algo razoável. A Srª. Caroline Túbero Bacchin (DAEE) reforçou que esse ponto já foi discutido e pacificado em reuniões anteriores, sendo a equiparação de valores uma premissa do processo desde a discussão inicial do termo de referência do estudo, em razão da isonomia de tratamento necessária a usuários com captações em corpos hídricos estadual e federal. O Sr. André Navarro propôs que os representantes dos setores usuários discutissem sobre os cenários alternativos mencionados junto às suas instituições e usuários, informando que planilha com o simulador global elaborado pela empresa será encaminhada aos membros para subsídio à discussão, sendo a proposta acatada por todos. Quanto ao item 5, o Sr. André propôs que não fosse analisada a minuta de deliberação nesta reunião, visando adequar o texto preliminar elaborado às discussões ocorridas, para apreciação na próxima reunião do GT-Cobrança, juntamente com minuta de parecer técnico da CT-PB sobre o tema. A proposta foi aprovada por todos. Assim, após debate, ficou agendada a 11ª Reunião de modo presencial para o dia 14/08/2024, no município de Campinas/SP. Quanto ao item 6, o Sr. André questionou os membros sobre outros assuntos e não havendo demandas, prosseguiu na reunião. Nada mais havendo a tratar, o Sr. André Navarro (SEMIL) agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.
Próxima reunião:	14/08/2024, às 9h30 - 11ª Reunião em Campinas/SP em local a definir.
Observações:	Produtos referente ao estudo de revisão da Cobrança - link Plano das Bacias PCJ 2020-2035 - link Plano de Aplicação Plurianual das Bacias PCJ (PAP-PCJ) - link Relatório de Acompanhamento da Implementação do Plano das Bacias PCJ 2020-2035- link Documentos do estudo de revisão da Cobrança - link Manual de Procedimentos Operacionais de Investimento (MPO - Investimento) - link Relatório de Gestão das Bacias PCJ 2023 - link Pacheco, Rodrigo Pinheiro. Custos para implantação de sistemas de esgotamento sanitário. Tese de doutorado, 2011. UFPR - link Portal IBGE Cidades - link Rede de Monitoramento de quantidade de água das Bacias PCJ - link Lei SP nº 12.183/2005 - link
Responsável pela redação:	Equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 10ª Reunião do GT-Cobrança (CT-PB)

Participantes – Nome completo (Entidade)	
1	Alexandre Vilella (FIESP)
2	Amilton (SABESP)
3	André Elia Neto (UNICA)
4	André Navarro (SEMIL)
5	Ane Caroline Grisolio Machion (SABESP)
6	Bruno Raniely Gonçalves Santos (SABESP)
7	Carolina de Oliveira (Agência PCJ)
8	Caroline Túbero Bacchin (DAEE)
9	Dário Peçanha (SABESP)
10	Denis Herisson da Silva (CATI/SAA)
11	Diogo Bernardo Pedrozo (Agência PCJ)
12	Eduardo Léo (Agência PCJ)
13	Flavio Forti Stenico (Consórcio PCJ)
14	Gabriel Sobreira (Agência PCJ)
15	Gustavo Arthur Mechlin Prado (ASSEMAE e SANASA)
16	Hélio Rubens G. Figueiredo (SABESP)
17	José Antonio (DAE Jundiaí)
18	José Rubens Françoso (SABESP)
19	Luclecia Soares (Agência PCJ)
20	Luis Claudio Assis (SANASA)
21	Maria das Graças Martini (DAE Jundiaí)
22	Marcel Meni (ABCON e AEGEA)
23	Mateus Bento Batista Arantes (P.M. de Louveira)
24	Michele Consolmagno (CIESP DR Bragança Paulista)
25	Nathalia Corá (Agência PCJ)
26	Nilton de Santana (SABESP)
27	Patricia Barufaldi (Agência PCJ)
28	Paulo Roberto S. Tínel (ASSEMAE)
29	Petrus Bartholomeus Weel (P.M. de Holambra)
30	Raquel Eliana Metzner (IPSA-C e SORIDEMA)
31	Saulo de Assis Maia (SABESP)
32	Sergio Razera (Agência PCJ)
33	Tainá Moura (Agência PCJ)
34	Tiago Georgette (Agência PCJ)
35	Thiago Gil Barreto Barros (ANA)
36	Tony Douglas Segatto (Agência PCJ)